

# O debate sobre a lei de diretrizes e bases da educação

Florestan Fernandes \*

A educação ainda é vista como um meio de dominação e de hegemonia ideológica. Mal divulgado o substitutivo da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Turismo da Câmara dos Deputados, chovem críticas acerbas e incompreensões incorretas contra o projeto de lei. O trabalho fecundo do relator é omitido. Põe-se de lado que ele conseguiu elaborar um substitutivo à altura do projeto do deputado Octávio Elisio, por si só um ponto alto nas tendências que ora prevalecem entre especialistas, entidades educacionais, movimento estudantil e organizações de funcionários. Obedecendo ao guia fornecido pela Constituição de 1988 (e de dentro de seus avanços e limitações), os dois deputados lograram preparar projetos de lei sobre a educação nacional que se situam no limiar do século 21. Resposta conservadora: pau neles!... Os fantasmas, que pareciam mortos, e as resistências, que pareciam debeladas, de novo ocupam o palco histórico. Com o mesmo objetivo — o de fortalecer ou o ensino como mercadoria ou o ensino como fonte de controle de mentes e corações!

Não posso ficar à margem dessa atração fatal pelo imã arcaico de discussões e articulações estéréis. Como 1º-vice-presidente da Comissão de Educação, coube-me a tarefa de coordenar o grupo de trabalho que elaborou o

projeto. Não contamos com a colaboração dos adversários, que voltam de lado em punho, como sucedeu durante o ministério de Clemente Mariani e principalmente nos fins da década de 50 e no início da década seguinte. Naquela ocasião, como apontou certamente Anísio Teixeira, não conquistamos a vitória, mas “meia vitória”. Nas circunstâncias atuais, os mesmos personagens somam-se a outras figuras e vêm com uma carga mortal de preconceitos e de obnubilação persistente. Aceitamos o combate, embora fosse melhor que o velho ranço e as teias de aranha tivessem se dissipado, com o correr do tempo e com a revolução pedagógica de nossa era.

Os críticos deveriam perguntar-se, acima de tudo, qual foi o processo de elaboração do projeto Octávio Elisio e do substitutivo do relator, o deputado Jorge Hage. O presidente da comissão, deputado Ubiratan Aguiar, seguiu um paradigma democrático. Todos os interlocutores válidos, das entidades das escolas privadas leigas e confessionais aos das entidades docentes nacionais, das organizações estudantis do ensino superior e médio das associações de funcionários, foram ouvidos criteriosamente. Suas contribuições escritas (sob a forma de projetos ou de sugestões parciais) foram coligadas e as exposições e os debates (dos parlamentares, dos representantes das entidades e do público presente) foram registrados na íntegra. Enfrentamos um trabalho

exaustivo, para que o substitutivo apresentasse um cunho democrático indiscutível. Agora, entramos na fase de emendas e o projeto do relator está sendo vasculhado por equipes de especialistas, escolhidos em função de sua competência. Portanto, não há como arguir o método operacional, observan-

*“Os conservadores  
escolheram a  
educação como o  
terreno de luta  
principal e estão  
contestando  
o projeto de lei  
de diretrizes  
e bases.”*

do de modo estrito. A lei reflete o que a comunidade nacional envolvida nesse universo deseja alcançar, como ponto de partida da reconstrução do sistema de educação.

Não obstante, surgiu, por decisão da nobre deputada Sandra Cavalcanti, uma novidade que dispõe a velha situação de conflito. Ela propõe uma emenda constitucional ao art. 22, inciso XXIV da Constituição, pela qual desapareceria a referência a *diretrizes e base*, ficando a redação restrita a “compet-

privativamente à União legislar sobre (...) a educação nacional”. Seu argumento principal consiste em que as diretrizes e bases estão contidas nos artigos que compõem a Seção I do Capítulo III do Título VIII, que cuida da Educação. Trata-se de uma suposição mais engenhosa que formal e materialmente precisa. Pois se os constituintes admitissem tal interpretação, não teriam aprovado tal interpretação, não teriam aprovado aquele dispositivo, estabelecendo tal competência privativa da União na mesma carta constitucional que concatena os artigos à educação. A contravérsia, não obstante, renasce de uma forma oblíqua e sibilina.

O grau de isenção com que procedi pode ser apreciado por meu comportamento na Comissão de Educação e no grupo de trabalho que coordenei. Não foram poucos os que tentaram convencer-me a redigir um projeto de lei que representasse as posições do PT em relação à matéria. Julguei que isso entraria em contradição com as tarefas que aceitei, por indicação do meu partido. Coube ao deputado Paulo Delgado formular o projeto que encarna as opções do PT (ele tomou o nº 2.926 e já se acha publicado). Mesmo o que me parece sua contribuição essencial (o capítulo único do Título III do projeto), que se inspira em uma emenda que apresentei à ANC — e propõe a substituição do atual Conselho Federal de Educação por um Conselho Nacional de Desenvolvimento Educacional — não incenti-

vei os colegas a adotarem. O deputado Paulo Delgado lidou com extrema competência sobre a matéria. Solucionou convenientemente a questão da composição do CNDE (penso que até de modo mais feliz que o relator oficial ao equacionar o mesmo problema) e situou melhor o fórum de educação, fora do aparelho do Estado, mas como organismo central para o planejamento educacional e o fomento da diferenciação e expansão dos diversos níveis do ensino. O seu projeto não reproduz os preceitos incluídos no projeto de Constituição do PT e os itens sobre educação do PAG de Luiz Inácio Lula da Silva (naturalmente, mais pertinentes à política educacional, na esfera governamental). Mas é conciso e abrangente, a um tempo, embricando dialeticamente o legal e o pedagógico. Sua contribuição conta, pois, como uma peça fundamental e estimulante no processo de elaboração do projeto final.

Não devemos alimentar ilusões. Os embates vão recommear, de modo negativo, tanto na comissão, quanto na sociedade. É uma pena, permanecemos presos ao passado. Só que nos cumpre fazer tudo o que for possível para não ficarmos com “meia vitória”. Precisamos cortar o nó górdio de nossa história. Os conservadores escolheram a educação como o terreno de luta principal. Façamos a sua vontade. Porém para vencermos de uma vez por todas!

\* Sociólogo, professor, deputado federal (PT SP)